

Família, demografia e mulheres: um diálogo positivo entre campos históricos.

FRANCESCO SUANNO NETO*

A chamada História Nova francesa representou para os historiadores uma verdadeira revolução metodológica. Segundo Peter Burke o grupo conhecido como *Annales* desde o início do século XX, ampliou os horizontes historiográficos elaborando duras críticas aos modelos tradicionais que se dedicavam a história política narrativa. Entre as principais proposições, Burke destaca a ampliação do território da história, suas fontes e a insistente colaboração das outras áreas do conhecimento na interpretação dos objetos (BURKER, 1997: 127).

A ampliação do território de interesse dos historiadores alcançou patamares impensáveis pela historiografia tradicional europeia. A expressão “tudo é história” representa bem essa perspectiva. Burke aponta que a preocupação desse grupo com a abrangência das atividades dos seres humanos os encorajou as práticas historiográficas interdisciplinares (BURKER, 1992: 16).

Podemos destacar, que a substituição da antiga história política, reduzida a narrativa, por uma história-problema, além da ampliação da atenção a todas as atividades humanas e de todos os humanos, bem como a participativa contribuição de outras disciplinas no fazer histórico compõe o arcabouço necessário para a construção de uma verdadeira nova história.

A expressão desses novos paradigmas foi executada no conteúdo da revista, editada por Marc Bloch e Lucien Febvre, chamada *Annales d'histoire économique et sociale*. Os fundadores utilizaram a revista como um verdadeiro amplificador do apelo pela prática e abordagem interdisciplinar no fazer do historiador. Segundo Burke, Febvre expressava sua combatividade em defesa de um “novo tipo de história” pautada pela pesquisa interdisciplinar, por uma história-problema, uma história da sensibilidade, por fim uma história total (BURKER, 1997: 38).

Dessa forma percebe-se que desde os fundadores dos *Annales*, o diálogo entre campos históricos vem produzindo trabalhos significativos para a compreensão do passado. Tanto no

* Aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFES com financiamento da Capes.

Brasil quanto no exterior, os historiadores estão convencidos de que escondidos em seus campos de trabalho dificilmente conseguirão responder as problemáticas mais complexas colocadas pela história.

Um diálogo específico, que se iniciou na Europa e nos Estados Unidos, e que na década de 1970 chegou ao Brasil, tomou proporções e chegou a resultados importantes para três campos da historiografia. Os estudos sobre família, demografia história, sobretudo a história das mulheres, puderam aproveitar o fim das limitações dos paradigmas tradicionais e se colocaram a disposição para uma verdadeira conversa que culminou na publicação de importantes projetos e trabalhos nos três campos em separado ou concomitantemente.

Debate acerca de Família

Apesar da importância dos estudos sobre família, os primeiros trabalhos sobre o tema, no Brasil foram escritos somente no século XX. O sociólogo Gilberto Freyre foi, dentre os outros citados, o mais lido e criticado. Seu pioneiro olhar para o cotidiano familiar da população marcou a historiografia brasileira e trouxe inovações significativas quanto aos métodos de análise e as interpretações da sociedade colonial até o início do século XX.

Na obra, *Casa-grande & Senzala*, de 1933, Freyre buscou demonstrar que a família brasileira era o resultado da transplantação do modelo familiar português adaptado ao ambiente colonial e que esse modelo possuiria características patriarcais e inclinações conservadoras. (SAMARA, 2004: 7) Além disso, Freyre argumentou que a casa-grande junto à senzala representou um complexo sistema econômico, social e político, chegando a afirmar que a história da casa-grande era a história de quase todo brasileiro.

Dessa forma, o autor se tornou precursor da difusão de um modelo de estrutura familiar que comumente é chamado de “família patriarcal brasileira” no qual era estimulada a dependência na autoridade do pai e a solidariedade entre os parentes. Durante décadas esta obra foi exaustivamente pesquisada e debatida dentro e fora da academia, o que fez com que o modelo de família instituído por ele tornasse parâmetro de toda a história da família brasileira.

Além de Freyre, Antônio Candido, também foi um expoente dos estudos sobre a instituição familiar. Sua tese “*The Brazilian Family*”, publicada em 1951, foi além dos estudos de Freyre. Candido estudou os modelos de família existentes no Brasil entre os séculos XVI e XIX, e afirmou que a sociedade colonial era formada por duas porções, uma familiar, que seria patriarcal e outra não familiar que reuniria um contingente humano socialmente inferior.

De acordo com Freyre e Candido, algumas características do período colonial brasileiro, como a descentralização administrativa, a profunda concentração fundiária e a rigorosa dispersão populacional, foram responsáveis pela instalação de uma sociedade do tipo paternalista, na qual as relações sociais de caráter pessoal seriam fundamentais. Ressalta-se que a estrutura econômica essencialmente agrária, latifundiária e escravocrata impulsionou a formação dessa sociedade paternalista.

Deste modo, o modelo de família patriarcal se sustentou a partir da incorporação de seus membros aos clãs, assim garantindo a indivisibilidade dos bens e o poder. Dessa forma, observa-se que para Freyre e Cândido ainda no período colonial brasileiro, a distância da metrópole e as dificuldades da vida nos trópicos estimulavam as pessoas a procurarem a proteção de figuras mais poderosas que desfrutavam de um favoritismo por parte da Coroa. Portanto, essa iniciativa privada paternalista e autoritária gozava de prestígio social, econômico e moral.

Por muito tempo aquele modelo patriarcal de família criado por Freyre serviu de base para toda e qualquer caracterização da família brasileira. O consenso permaneceu imaculado e estático, sendo aceito plenamente pela historiografia. Mesmo a possibilidade de variações temporais ou geográficas não era colocada em pauta e este parâmetro ofuscava as outras possibilidades modelares de famílias, afirmou Eni de Mesquita Samara, na obra “A família brasileira”, publicada em 1983.

Somente a partir da publicação do livro “História Social da Criança e da Família” de Philippe Ariès no ano de 1962, se deu um progresso metodológico importante nos estudos sobre família. Pesquisadores europeus e americanos observaram que a Demografia Histórica poderia avançar sobre os estudos da família e passaram a propor uma série de revisões na historiografia, pautando-se em coletas de dados diretamente dos arquivos.

No decorrer da década de 1970, no Brasil, historiadores influenciados por esses novos aportes metodológicos, principalmente pela Demografia Histórica, começaram a repensar a unanimidade que representava o modelo explicativo da família patriarcal instituído por Freyre. Estudos e pesquisas em arquivos, de caráter tanto qualitativo quanto quantitativo, evidenciaram que as famílias de tipo patriarcal não foram as mais comuns no Brasil Colônia, sendo mais habituais as famílias de estrutura mais simples e de menor número de integrantes. Essas constatações buscaram comprovar que o modelo de Gilberto Freyre foi indevidamente utilizado para identificar a família brasileira de modo geral.

Entre as principais críticas feitas ao modelo patriarcal de família, criado por Freyre, aponta-se a conduzida por Samara de que este modelo seria muito genérico para atender a toda territorialidade brasileira. Estático, o modelo não conseguiria explicar as variações nas estruturas familiares geradas em função do tempo, do espaço e dos grupos sociais.

Além disso existe um fator determinante, como alerta Danda Prado, para a existência da família patriarcal, que é a manutenção de um patrimônio. Esse, como se sabe, não é o caso da maior parcela da população de sociedades onde a desigualdade social é pujante e os membros precisam contar com sua força de trabalho para sobreviver.

Cabe destacar que também para Mariza Corrêa, a família de tipo patriarcal existiu e possuiu um importante papel, contudo não existiu sozinha, muito menos caracterizou todo processo de formação da sociedade brasileira em toda sua territorialidade e temporalidade.

Apesar das ressalvas, é fato que características discutidas a respeito das famílias patriarcais estão presentes em outras estruturas familiares da sociedade brasileira. Neste contexto, mesmo nas famílias que viviam a margem dos latifúndios monocultores, quem também detinha o poder econômico e decisório e submetia os outros membros de sua unidade doméstica à sua autoridade era a figura do homem.

Todavia, expoente nos estudos a respeito de família no Brasil, Samara, busca demonstrar que a aplicação do modelo de família patriarcal como predominante no Brasil, dos séculos XVI ao XIX, é muito genérico. A autora menciona que estudos contemporâneos às suas pesquisas mostram que o modelo patriarcal foi usado de forma imprópria. Também relata que, principalmente entre os séculos XVIII e XIX, as famílias possuíam estruturas mais simples,

diferenciando-se, assim, do complexo modelo familiar patriarcal. Observa-se que, a família patriarcal assumiu diferentes configurações de acordo com sua localização geográfica e temporal e, mesmo assim tal modelo foi por décadas utilizado como única referência a toda sociedade.

Ainda na obra citada, Samara demonstra que as famílias extensas - compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados - não foram o tipo predominante em São Paulo. A partir de uma investigação junto as contagens de população a autora afirma que, as famílias paulistas eram de estrutura mais simples e com poucos integrantes. Por conta disso, a mesma destaca a ineficácia do modelo patriarcal freyreano em adequar-se à sociedade paulista e consequentemente à sociedade brasileira como um todo. Samara ainda aponta que sua constatação não invalida a concepção de família patriarcal de Gilberto Freyre, porém ela estaria geograficamente centralizada nas áreas de lavoura canavieira do Nordeste colonial.

Corrêa, no texto “Repensando a família patriarcal brasileira”, de 1993, insiste que não há possibilidade sequer de imaginar a história da família brasileira que não em um panorama mais rico. A utilização de um único modelo achatou as diferenças, comprimindo-as até caberem em um único molde, que foi utilizado amplamente como referência quando se discutia a família no Brasil. Além disso, seria inadequado afirmar que a família brasileira, mesmo dispersa e flexível, tenha se acomodado num modelo único e rígido, na qual se mudam os personagens, mas não os papéis.

Corrêa é incisiva na crítica à homogeneização cometida pela literatura. A estudiosa chega a comparar Freyre e Candido aos “darwinistas sociais” do século XIX que modelavam a história de acordo com as formas correspondentes às camadas “senhoriais”.

Ao encontro dos resultados das pesquisas realizadas por Corrêa, e a partir de uma ampla pesquisa em arquivos, Samara questiona quando e como foi substituído o tipo patriarcal por outros, que outros modelos coexistiram com o patriarcal na sua forma tradicional e, ainda, que variações ocorreram nos papéis masculinos e femininos em função dessa modificação. Samara tem êxito em suas respostas ao utilizar o exemplo paulista e concluir que a família extensa ou patriarcal assumiu características diferentes, variando suas relações de acordo com o contexto regional, ainda, transformando-se com o tempo. Por fim, relata que não só em São

Paulo, mas também em Minas Gerais eram mais comuns as famílias que se estruturaram de forma mais simples e com menor número de integrantes. “Tudo leva a concluir que o panorama se repete para outras áreas, mesmo se considerarmos aquelas ainda não pesquisadas”, afirma Samara. (SAMARA, 2004: 84)

A partir desse novo panorama, Corrêa aponta que o modelo de família patriarcal tornou-se o retrato da família brasileira, sendo usado por muito tempo como parâmetro da mesma. Além disso, a homogeneização do modelo freyreano levava a conclusão de que os outros tipos de modelos familiares eram inexpressivos. Assim, a autora questiona se seria possível reproduzir todos os personagens da história brasileira apenas na figura de um senhor, e conclui que para responder esse questionamento seria necessária uma análise interna dos textos de Gilberto Freyre e Antonio Candido. Para ela nos textos dos dois autores ocorre uma homogeneização histórica, já que tratam de situações bem localizadas no tempo e no espaço, além dos textos terem sido colocados como matriz comum de toda sociedade brasileira.

Para confirmar este entendimento de homogeneização, Corrêa demonstra que para produção de tabaco e algodão, cultivados largamente em diversas regiões brasileiras, inclusive no Espírito Santo, era necessário um baixo investimento inicial de capital se comparado ao necessário para um engenho de açúcar. Além disso, a produção diversificada não exigia a presença de um número significativo de escravos, em alguns casos o cultivo poderia ficar a cargo apenas dos membros da família.

Dessa forma, foi demonstrado que o conjunto de pequenas digressões já seria suficiente para enriquecer o panorama da família brasileira com novos elementos, modificando o quadro estático identificado por Corrêa que conclui ser:

O problema principal de ambos os textos – Casa Grande e Senzala e “*The Brazilian Family*” – é o contraste entre essa sociedade multifacetada, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda, lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira. (CORRÊA, 1993: 24)

Logo, fica evidente a existência conjunta de vários modelos e Maria Beatriz Nader reafirma a necessidade de verificação dos tipos de família existentes em diferentes regiões e

temporalidades. Na obra “Mulher: do destino biológico ao destino social”, publicada em 1997, Nader observa que

Não há uma única história da família, um único modelo, mas sim uma verdadeira diversidade de formas domiciliares que variam, não só ao longo da História mas em pontos imprecisos do tempo.(NADER, 1997: 45)

Demografia e possibilidades

Pelo mundo, séries documentais, de caráter quantitativo, possibilitaram estudos importantes que buscavam entender os processos humanos em várias áreas das Ciências Sociais. Na Europa, a partir da década de 1950, historiadores interessados nas fontes quantitativas se debruçaram sobre a história social e passaram a discutir, primeiramente a história dos preços e das populações. Já na década de 1970, os trabalhos de caráter quantitativo chegam a história cultural, se fazendo presente em estudos da história da religião e da história das mentalidades (BURKER, 1997: 67).

No Brasil, os historiadores também abriram seus olhos para a utilização dos dados demográficos do passado para construção de modelos e narrativas mais próximas da realidade. Isso ocorreu principalmente a partir da década de 1970. Aliar as pesquisas de caráter qualitativo com os dados quantitativos proporcionou um enriquecimento ímpar para a História Social Brasileira, principalmente, sobre a história da família e nos estudos sobre as mulheres. Para Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy, ao longo das últimas décadas a chamada demografia histórica transformou os estudos da família em um dos principais eixos da história social brasileira (TUPY, 2000: 288).

A autora destaca uma série de possibilidades nos estudos de caráter demográfico. Por exemplo, o papel crucial da demografia histórica no debate a respeito da família escrava no Brasil. As listas nominativas de habitantes, matrículas de escravos, registros de casamentos são instrumentos importantes na investigação das famílias de livres e escravos bem como na relação travada entre essas pessoas.

Todavia o acesso às fontes ou o estado de conservação das mesmas dificultaram os trabalhos. De igual modo, o estado precário de muitos Arquivos, além da falta de corpo especializado torna o trabalho do pesquisador ainda mais árduo.

Apesar das adversidades, a potencialidade dos trabalhos que utilizam fontes demográficas é reconhecida pela historiografia. Sérgio Odilon Nadalin, por exemplo, na obra “Demografia numa perspectiva histórica” de 1994, destaca que o censo brasileiro de 1797 se faz como uma “fotografia” da população contada. Para o historiador esse modelo de fonte capta um instante do dinamismo da população, um momento específico ou até mesmo sua estrutura.

Dessa forma, os estudos históricos pautados em fontes demográficas trouxeram um ar fresco aos tradicionais métodos históricos praticados. A revelação de modelos novos promoveu um embate junto às correntes tradicionais e o resultado foi uma verdadeira revisão. O exemplo mais expressivo se fez na História da Família que foi discutido no ponto anterior.

Para Maria Luiza Marcílio, na obra “População e Sociedade”, de 1984, o contato entre a Demografia e a História resultou em uma união bem sucedida. Segundo a autora “Cada uma trouxe como contribuição seu dote específico: da Demografia vieram técnicas e métodos exigentes, rigorosos, quantitativos, e um tratamento especial para as fontes de informação, a fim de se chegar ao conhecimento dos fenômenos vitais e sistemas humanos das coletividades pretéritas. Da História vieram as formas de analisar estruturas e conjunturas sociais, fundadas na quantificação e na metodologia qualitativa, preocupadas em descobrir a complexidade e a relatividade do homem global.” (MARCÍLIO, 1984: 11).

Para Marcílio, o então encontro das duas áreas produziu uma nova ciência, a Demografia Histórica que, nos últimos tempos, vem revelando uma sociedade enriquecida, multifacetada e - acrescento - ainda mais complexa.

Os historiadores que se dedicam às minorias sociais também puderam aproveitar dessa comunhão entre a história e a demografia. As possibilidades podem associar a demografia e a história social dos escravos, índios, migrantes, idosos, mulheres, entre muitos outros grupos.

De forma geral, os historiadores no Brasil são mais atraídos por estudos que discutem o século XIX. Essa atração se conduz em função do melhor estado das fontes, igualmente pelo maior volume e sofisticação dos documentos. Contudo, os estudos que versam sobre o século

XIX, discutem documentos marcados por uma significativa mudança na importância dada às estatísticas pelos governos da época. Altos investimentos foram feitos com o intuito de mensurar com mais detalhes o tamanho das populações, seu movimento, suas subdivisões étnicas e até mesmo religiosas.

A obtenção de estatísticas oficiais colocava a nação na vanguarda da “civilização” e ao mesmo tempo abastecia o serviço público com um mapeamento da população em forma de dados. Dentre outras potencialidades, destaca-se: a quantificação dos contingentes militares, a matematização do recolhimento de tributos e a racionalização dos investimentos públicos. Tarcísio Botelho aponta que as estatísticas oficiais possuíam até mesmo um caráter moral que “prepararia o país para tal compromisso, um encontro com a civilização” (BOTELHO, 2005: 331).

Durante o período mercantilista português se verificou uma racionalização da administração colonial e até as listas nominativas da época passaram por uma sofisticação. A partir de então, os dados coletados passaram a dar mais atenção às questões econômicas em detrimento das militares. Essas informações buscavam se articular mais diretamente à uma política de estímulo, à ocupação do território e ao crescimento da população (NADALIN, 1994: 50).

No decorrer do XIX, o interesse dos europeus pela produção de informações estatísticas cresce. Já em 1834, se verifica o ímpeto público nos dados estatísticos com a fundação da *Statistical Society of London*. Além disso, data de 1853 a realização do primeiro Congresso internacional de Estatística realizado em Bruxelas. Esses encontros voltariam a acontecer durante todo o século.

Já no Brasil do XIX, se observa também uma preocupação especial com os dados demográficos. A transição política representada pelo processo de independência produziu um repertório significativo de continuidades de projetos e estratégias da época de domínio colonialista português. Entre outras, podemos destacar a metodologia utilizada nas contagens de população, afinal os mesmos procedimentos e preocupações da Coroa portuguesa circulavam no nascente Império brasileiro. Até o período conhecido como Regência, para a delimitação dos responsáveis e apuração das informações eram basicamente utilizados os mesmos critérios dos tempos coloniais.

Contar os brasileiros tinha por objetivo, principalmente, a medição do alcance da nação no que diz respeito ao recolhimento de impostos e, sobretudo dispor de dados sobre o recrutamento militar. A aglutinação desse arcabouço de informações demográficas era relacionada diretamente com a potencialidade do nascente império. De acordo com a perspectiva que imperou desde a colônia, quanto maior a população, mais próspero seria o futuro da nação.

Com o advento do Segundo Reinado uma nova perspectiva se estabeleceu. Os interesses anteriormente citados são mantidos, sobretudo uma questão se destaca devido a uma nova necessidade. De acordo com Botelho, houve uma reconstrução da ordem política e, assim, após a experiência regencial se fez a necessidade de “estabelecer as bases de um sistema eleitoral confiável” (BOTELHO, 2005: 328). Dessa forma, para construção de uma máquina eleitoral mais sofisticado e para controlar satisfatoriamente tal sistema, se tornou essencial conhecer melhor a população brasileira.

A empreitada de contar a população no Brasil não aconteceu sem percalços. Um Império de proporções geográficas continentais dificultou muito a condução das contagens. As localidades se tornavam ainda mais distantes devido à precariedade dos sistemas de comunicação, bem como, os de transporte. Tudo isso em um contexto modesto, no que diz respeito ao aparelho estatal que carecia de investimentos e sobravam apenas gastos.

Outras dificuldades podem ser cogitadas, como a presença de silvícolas hostis ou mesmo a resistência da população diante de práticas pouco compreendidas. As contagens, com frequência, enfrentavam a desconfiança popular e entre as desconfianças dos processos eram comuns, tanto o receio pelo recrutamento, muitas vezes forçado, quanto a possibilidade de aumento dos impostos. Até mesmo o lento processo de laicização da administração pública Imperial ocupou o imaginário de resistência da população diante das contagens. Botelho averigua que entre a população livre de cor existia um medo de uma possível reescravização (BOTELHO, 2005: 329).

A partir da compreensão dessas limitações e possibilidades fica clara a necessidade de estabelecer modelos e principalmente compreender suas complexidades para o fomento de uma História Social mais completa do século XIX. Assim, como se pôde observar, o

aproveitamento desse modelo de análise documental em forma quantitativa traz alternativas importantes para a pesquisa histórica, revigora análises, sobretudo no contexto da História Social no Brasil.

Questões sobre a História das Mulheres

Apesar dos significativos avanços metodológicos relatados acima, alguns personagens ficam ofuscados ou mesmo subapresentados nas fontes. Esse é, muitas vezes, o caso das mulheres. Andrea Lisly Gonçalves, na obra *História & Gênero*, destaca que a subapresentação das mulheres nas fontes demográficas, por exemplo, é devido ao fato dos “recenseadores” associarem a mulher ao trabalho doméstico, socialmente menos valorizado. A autora também aponta que os sub-registros, que podem ser observados tanto no Brasil quanto em países europeus, expõem os preconceitos dos responsáveis pela contagem, no que diz respeito ao espaço de atuação feminino, circunscrito no âmbito doméstico.

Cabe destacar que em volumosas séries documentais, de caráter demográfico, o que se procura demonstrar como importante sobre as mulheres é justamente seu papel social na reprodução. Assim, as estatísticas dão atenção principal à faixa etária entre 15-49 anos, considerado período fértil feminino (GOLDANI, 1997: 76).

Dito isso, é notório o silêncio das fontes quando se procura as ações e a vida das mulheres no passado. Michelle Perrot, na obra “*Minha história das mulheres*”, de 2008, elenca três razões para essa invisibilidade. Primeiramente as mulheres não são vistas no espaço público, o único que merecia interesse e relato. O espaço de atuação feminino era a família, o privado. Para Perrot, as mulheres “Aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros” (PERROT, 2008: 17).

A segunda razão para o silêncio das fontes sobre as mulheres é que elas são pouco vistas e pouco se fala delas. De forma geral, as mulheres deixam poucos registros. Já a terceira razão, diz respeito à dissimetria sexual das fontes, onde se observa um volume desproporcional de fontes sobre os homens. Cabe apontar também que, na maior parte dos casos, os registros oficiais são de autoria masculina e por isso possuem o olhar, os preconceitos e os estereótipos de homens.

O surgimento da demanda pelo estudo da história das mulheres se relaciona diretamente com as pautas do movimento feminista e têm início por volta das décadas de 1960 e 1970. Para Perrot, essa história passou por importantes mudanças no decorrer de sua construção. Da história do corpo e os papéis desempenhados na vida privada chegando finalmente à história das mulheres no espaço público, da cidade, do trabalho e da política.

Essa história abandonou a vitimização e destacou o papel de atrizes da trajetória histórica humana. Chegou ao ponto de sair de uma história das mulheres e alcançar uma história de gênero, que possui o caráter relacional preliminar, ou seja, se faz a partir da relação entre os gêneros e não apenas de um dos gêneros.

Para condução dessa história de gênero é preciso entender gênero como uma categoria de análise histórica. Isso significa perceber que as relações entre homens e mulheres são construídas socialmente e que essas relações são, antes de qualquer coisa, relações de poder. Esse nova perspectiva teórica e metodológica foi impactante no interior da disciplina histórica. Colocou em debate as diferenças entre os sexos e as formas como se estabeleciam as relações de poder em escalas diferentes.

Para Joana Maria Pedro o uso da categoria Gênero por historiadores permitiu um foco nas relações entre homens e mulheres, bem como, nas relações entre homens e entre mulheres. Para a autora há a possibilidade de verificar que “em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero” (PEDRO, 2005: 88).

O conteúdo relacional destacado proporcionou uma ampliação significativa no leque de fontes para a história das mulheres. Foi abandonada a estratégia de procurar fontes onde as mulheres se faziam protagonistas, dessa forma, as lacunas foram transformadas em oportunidades de verificação do papel desempenhado pelas mulheres em contextos específicos (GOLÇALVES, 2006: 75). A partir de então, o retorno aos arquivos provocou uma verdadeira revolução documental que se expressou principalmente diante da relação da história das mulheres com a família e com a demografia.

Considerações finais

O processo de interesse pelo cotidiano iniciado pelos historiadores da chamada Escola dos *Annales* provocou uma profunda reflexão nos objetos de trabalho dos historiadores. Antigos campos foram reformulados e novos campos foram estabelecidos. Além disso, a interdisciplinaridade foi mais que incentivada, foi exigida para condução de uma história-problema.

O diálogo entre os três campos, discutidos anteriormente, foi bastante frutífero. O retorno aos arquivos, o largo aproveitamento das fontes de caráter quantitativo e principalmente o aporte metodológico da demografia histórica proporcionou a condução de trabalhos importantes para compreensão da história social brasileira.

Especificamente no caso da história das mulheres a busca de opções, de fontes e modelos, para expressar os papéis e relações sociais das mulheres, silenciadas, se fez também, a partir das opções de fontes demográficas. O caminho até esse encontro perpassou pelo íntima relação entre o campo da história da família, que desde a década de 1970 se serviu dos dados quantitativos, e o das mulheres.

Cabe destacar que, apesar dos constantes diálogos, existem diferenças de abordagens e objetos entre a história da família e a das mulheres. A confusão é recorrente devido ao atrelamento tradicional entre a vida da mulher e a família. Segundo Nader, todos os registros da mulher estão ligados, de alguma forma, a família, bem como a sua identidade que “foi construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privado-doméstica e da natureza à qual foi ligada” (NADER, 2000: 68).

As relações, debates e contribuições entre os estudos sobre família e a demografia também são marcantes. Samara destaca o interesse constante dos demógrafos-historiadores na família. Para a autora esse ainda é um contato inovador e existe muito ainda o que pesquisar.

Nesse sentido, cabe destacar que os frutos do diálogo entre os três campos estão longe de se esgotar. Os aspectos específicos da temporalidade, as características da colonização, a diversidade étnica da população e a extensão territorial do país são, entre muitas outras particularidades, fatores da composição social complexa estabelecida no Brasil.

Para entender melhor essa realidade repleta de facetas, os estudos monográficos se fazem necessários. Verificar a realidade em diferentes contextos contribui para além da comparação,

mas também para montagem de um panorama e de modelos mais diversos e adequados ao passado brasileiro.

Referências Bibliográficas

BOTELHO, T. R. . **Censos e construção nacional no Brasil Imperial**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In. ALMEIDA, Mariza Suely. **Colchas de retalhos**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GOLDANI, Ana Maria. **Demografia e feminismo**: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. (in)AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Andréa Lislly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 1997.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História [online]. 2005, vol.24, n.1.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TUPY, Ismênia. **Demografia histórica e família escrava no Brasil**: o estágio atual da questão. População e família. São Paulo, v.3, n.3, p.227-48, 2000.